

**O PROCESSO DE RECRIAÇÃO CONTRADITÓRIA DO
CAMPEPINATO: O CASO DO ASSENTAMENTO COLETIVO
COPA VI DE PARANACITY/PR**

**THE PROCESS OF RECREATION CONTRADICTORY
PEASANTRY: THE CASE OF THE SETTLEMENT COLLECTIVE
COPA VI OF PARANACITY/PR**

Fábio Luiz Zeneratti

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina
fabio.zeneratti@hotmail.com

Resumo

As reflexões contidas neste trabalho se inserem no debate sobre a recriação contraditória do campesinato contemporâneo, tendo como recorte empírico a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPA VI), uma experiência de assentamento rural fundada no trabalho coletivo sob uma modalidade de cooperativismo que alcançou êxito no processo de territorialização camponesa. O trabalho procura evidenciar que o cooperativismo é um importante mecanismo para evitar que a renda da terra camponesa seja apropriada pelo capital, sobretudo possibilitando aos cooperados a inserção no mercado sem a intermediação do capital industrial ou comercial. Para isso contribui a estratégia da policultura, mediante a qual se produz uma parte dos gêneros necessários à sobrevivência das famílias, reduzindo-se a dependência externa. A divisão do trabalho no interior do assentamento revela uma lógica que lembra a organização empresarial, embora contraditoriamente esteja integrada à lógica de trabalho camponês o que, em última instância, se apresenta como estratégia de resistência e fortalecimento.

Palavras-chave: Campesinato. Assentamento. Cooperativismo. Territorialização camponesa. Renda da terra.

Abstract

The reflections contained in this work are part of the debate about of recreation contradictory of peasantry contemporary, with a focus on Agricultural Production Cooperative of Victoria (COPA VI), an experience of rural settlement founded in collective work under a modality of cooperativism that has achieved success in the process of territorialization peasant. That the work seeks to highlight is that the cooperativism is an important mechanism to prevent the rent of land peasant is appropriate by capital, especially allowing for cooperative members to insert on the market without the intermediation of capital industrial or commercial. This has contributed to the strategy of polyculture, which is produces a part of food necessary for the survival of families, reducing the external dependency. The division of labor inside

the settlement shows a logic that recalls the business organization, although, contradictorily is integrated to the logic of peasant labor, which ultimately it presents as strategies of resistance and strengthening.

Keywords: Peasantry. Rural settlement. Cooperativism. Territorialization peasant. Rent of land.

Introdução

A ação dos camponeses no território se traduz em duas frentes muitas vezes coadunadas, a luta para conquistar e/ou para permanecer na terra. Logo, ao propomos uma discussão sobre as estratégias de recriação camponesa encontramos nos assentamentos de reforma agrária um fértil campo para análise, sobretudo por serem simultaneamente resultados da luta dos camponeses pela terra e também na terra.

Nesta perspectiva são criadas e reinventadas estratégias para a recriação da família camponesa; no caso do Assentamento Rural Coletivo Santa Maria estas estratégias se traduziram na formação de uma cooperativa - Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI) - localizada na mesorregião Noroeste do Estado do Paraná, no município de Paranacity.

A área de 252 hectares, que hoje pertence ao assentamento, foi desapropriada em 1988 por ser considerada improdutiva. Porém, da desapropriação ao início da efetiva ocupação da área se passaram cinco anos. Durante este período seu proprietário arrendou esta área à Usina Santa Terezinha para o plantio de cana de açúcar, com o objetivo de seguir auferindo renda e, ao mesmo tempo, dificultar a ocupação das terras segundo os preceitos da reforma agrária.

Ao tomar conhecimento da desapropriação, bem como das tentativas do fazendeiro de ocultar a improdutividade por meio do arrendamento à referida empresa sucroalcooleira, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupou essa área no dia 19 de janeiro de 1993. Participaram desta ocupação 25 famílias, oriundas basicamente das regiões oeste e sudoeste do Estado do Paraná.

Após a ocupação, que não foi conflituosa, as famílias organizaram um acampamento no local na intenção de resistir e pressionar o poder público para a criação do assentamento, uma vez que para Fernandes (2000) a ocupação e o acampamento são as principais estratégias de luta dos trabalhadores sem terra.

Neste caso obtiveram êxito, pois em julho de 1993 foi criado o assentamento, inicialmente composto por 16 famílias. Este período foi marcado por muitas reflexões sobre o tipo de assentamento a ser implantado no local. A questão era optar entre o coletivo ou individual, sendo o primeiro caracterizado pela posse coletiva dos meios de produção, inclusive a terra e, no segundo caso, a propriedade seria dividida entre as famílias, cada uma recebendo um determinado lote.

Como o solo, além de sua fragilidade natural por ser arenoso, estava muito empobrecido pelo cultivo da cana-de-açúcar se optou pelo coletivo. O posicionamento ideológico do movimento também contribuiu para esta escolha, sobretudo porque neste período estavam latentes os debates sobre produção coletiva nos assentamentos. A fala de um assentado que participou destas discussões, deixa claro esta inclinação: “se buscava e achava mais viável desenvolver o assentamento através de cooperativa, também pelos problemas de solo e por ser perto da cidade” (entrevistado Sr. C.).

É oportuno referenciar que a sutileza da dinâmica socioespacial desta fração do território exigiu atenção quando da realização dos trabalhos de campo: os dados empíricos que subsidiaram as análises foram obtidos por meio de entrevistas com os assentados. Embora todos tenham dado expressa autorização para publicação de seus nomes e conteúdos de suas falas, optou-se por mantê-los no semianonimato, pois há informações que de algum modo podem levar à exposição dos sujeitos, razão pela qual se utiliza apenas as iniciais dos nomes para identificar a origem das falas transcritas.

Os trabalhos de campo consistiram em visitas realizadas ao assentamento, nas quais foram entrevistados o coordenador geral da cooperativa e mais 13 famílias. Na elaboração das entrevistas optamos pela metodologia de entrevistas não padronizadas, pois como destaca Andrade (2003) este tipo de procedimento proporciona liberdade ao entrevistado, afinal as perguntas não são rígidas. Porém, para manter certa lógica que possibilitasse balizar todas as entrevistas realizadas, utilizamos um roteiro pré-estabelecido, com os principais pontos relativos ao assunto pesquisado, mas mantendo a liberdade do entrevistado e a possibilidade de sermos surpreendidos pela imprevisibilidade dos diálogos durante o procedimento. O que para Almeida (*apud* CAMACHO, 2011, p. 50) é um caminho possível ao se trabalhar com fontes orais diante da riqueza das narrativas, principalmente superando os questionários rígidos, que acabam não contemplando esta imprevisibilidade do concreto e suas significações de acordo com o narrador.

Concomitante aos trabalhos de campo se fez necessário cuidadoso trabalho de gabinete, primeiro para ampliar o referencial teórico acerca do tema e, posteriormente, para subsidiar a análise e interpretação dos dados obtidos em campo. Estes procedimentos teórico-metodológicos balizaram esta busca científica em apreender as estratégias de recriação camponesas nesta fração do território e suas contradições.

Do ponto de vista organizativo a produção do assentamento é coletiva e basicamente dividida em setores, como podemos observar no artigo primeiro do Estatuto da Cooperativa: “todo o trabalho na cooperativa é coletivo, se caracterizando pela distribuição das atividades em setores de produção, onde cada sócio possui uma atividade específica” (COPAVI, 2009).

No setor de moradia (agrovila) estão localizadas todas as casas do assentamento, sendo 27 no total, embora duas delas sejam utilizadas como anexos de outras moradias. Há mais uma casa que está funcionando como sala de aula para as crianças e para reuniões, sendo que a maioria delas está em boas condições, tanto estruturais quanto de estética, atendendo adequadamente as necessidades dos assentados.

As moradias são quase todas de alvenaria, sendo apenas uma de madeira e a área média construída de cada casa é de 90m². Todas têm água encanada (poço artesiano) e energia elétrica. Do total de casas, apenas três estão em condições precárias, apresentando rachaduras nas paredes, telhado danificado e estrutura comprometida, das quais duas ainda estão habitadas, mas segundo informações de campo, uma das casas em breve será desativada, pois está em fase de construção uma nova casa para abrigar a família que ali reside.

A agrovila está organizada em duas ruas sem pavimentação asfáltica, mas em bom estado, valendo ressaltar, além do padrão estrutural das casas, o conjunto de elementos que a compõem, pois as ruas estão arborizadas, tranquilas, e as casas com quintais amplos e floridos.

Quanto à casa que é utilizada como escola do assentamento, embora ostente esta denominação entre os assentados, não se trata de uma escola formal, pois eles frequentam escola formal na cidade, mas trata-se de um espaço de socialização política para as crianças, nos termos já descritos por Fernandes (1996). Três dias da semana (segunda, quarta e sexta) durante o período vespertino as crianças com idade inferior a 14 anos frequentam esta escola, a qual tem o propósito de suplementar os

conhecimentos dos assentados, particularmente no que diz respeito à formação cidadã de um sem terra. Logo, os conteúdos trabalhados privilegiam temas relativos ao campo, à história da luta pela terra e à importância da terra enquanto meio de produção e meio de vida. As atividades pedagógicas são coordenadas por uma assentada, que é a professora da escola.

Segundo Fernandes (1996), a aproximação das questões cotidianas por meio de espaços como a comunidade, o sindicato, a escola, etc., constituem o primeiro momento da construção do espaço de socialização política, caracterizado como espaço comunicativo, lugar estratégico de formação da cidadania.

O espaço comunicativo é definido pelo objetivo a que se presta, qual seja uma primeira aproximação e socialização política das questões inerentes à vida dos sujeitos envolvidos. A escola no assentamento remete a este espaço, no qual as crianças começam a ter contato com os temas do dia a dia, são envolvidas nos processos dos sujeitos que desenvolvem as lutas e iniciam o desvendamento da organização social e do papel do movimento na luta pela terra. Como destaca Fernandes (1996, p. 228) “é o lugar e o espaço do conhecer e do aprender”.

Com isso é possível notar a preocupação entre os assentados quanto à formação e organização da vida social, sobretudo porque na COPAVI esta organização se confunde com a lógica produtiva da cooperativa, uma vez que as decisões pressupõem participação de todos em assembleias, não se restringindo aos setores produtivos, antes envolvendo toda a dinâmica do assentamento.

Compreender o conteúdo social, político e econômico dessa fração do território, organizada sob a forma de cooperativa-coletiva, é uma maneira não só de aprofundar o conhecimento acerca das diferentes estratégias de cooperação, mas também de verificar se há desdobramentos potencialmente alternativos para os camponeses em luta pela e na terra, para que se possa contribuir com parâmetros para as ações de cunho territorial.

Ademais, entender as características do ordenamento territorial desse assentamento, sobretudo destacando o papel do cooperativismo para atenuar o processo de sujeição da renda da terra e de monopolização do território pelo capital, consiste aqui num esforço de aproximações e respostas parciais, pois assim é a ciência.

A lógica organizativa da COPAVI: expressão do processo de recriação contraditória

O quadro social da COPAVI é composto por 22 famílias (66 pessoas), todas elas divididas pelos setores de produção. No total são sete setores, cada um responsável por uma determinada atividade. O setor de moradia envolve as casas da agrovila, o setor de cozinha faz as refeições diárias, o setor de padaria produz pães e outros produtos, o setor de laticínio envolve todo o processo leiteiro, o setor de horta produz diversos alimentos, o setor canavieiro é responsável pelo cultivo e processamento dos derivados da cana-de-açúcar e, por fim, o setor de comércio que promove a venda da produção.

A atividade canavieira é a que mais demanda mão de obra, pois envolve plantio, capina, colheita e produção da cana e de seus derivados. Essa cultura se constitui em principal fonte de matéria-prima para a agroindústria, que atualmente está produzindo açúcar mascavo, cachaça e melado, todos produtos orgânicos produzidos sem uso de qualquer componente químico.

A opção por essa atividade se deve à importante taxa de agregação de valor à produção, considerado obviamente a viabilidade segundo as condições edafoclimáticas do assentamento. O mercado também é fator decisivo na escolha por esta cultura, pois sem ele a obtenção de renda seria impossível, inviabilizando a produção.

Esta atividade representa a maior parte da renda monetária da cooperativa, principalmente o açúcar mascavo, que é comercializado junto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e também ao setor privado, que o obtém da COPAVI e vende com sua própria marca.

Segundo o coordenador da cooperativa, o valor do produto entregue às empresas é menor do que os praticados quando comercializados por outras vias. Nesta relação os assentados acabam sujeitando parte da renda da terra ao capital, pois estas empresas compram o açúcar a preços menores para posteriormente revende-los, negócio que só é viável para a empresa mediante rebaixamento dos preços dos produtos camponeses. Muitas vezes diante da necessidade de comercializar a produção a cooperativa entrega o açúcar orgânico, que possui um valor de mercado superior, como açúcar convencional, o que na prática implica em perda ainda maior para os assentados.

Cabe mencionar que determinados programas, a exemplo do PAA, fazem a diferença no tocante à viabilização dos assentamentos, e o caso da COPAVI, que têm

nesse programa um importante destino para a sua produção a preços minimamente remuneradores, o confirma. O PAA é um programa do governo federal instituído em 2003 com o objetivo de incentivar a agricultura familiar, formar estoques estratégicos e distribuir produtos agropecuários a pessoas em situação de insegurança alimentar. A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) operacionaliza o programa, utilizando da compra direta, contrato de garantia de compra e compra antecipada, para viabilizar os recursos necessários à produção camponesa (BRASIL, 2004).

Por sua vez, outro programa oriundo de política pública do qual se vale a COPAVI para comercializar a sua produção também tem enorme relevância para a viabilização do campesinato, tanto o organizado em cooperativas quanto os que produzem individualmente em assentamentos e em bairros rurais. O PNAE também é um programa do governo federal, mais conhecido como Merenda Escolar, embora atue de forma descentralizada. Os recursos repassados pela União aos Estados, Municípios e Distrito Federal são destinados à compra de alimentos para compor a merenda das escolas públicas estaduais e municipais, respeitando as especificidades locais (STOLARSKI; CASTRO, 2007).

Uma das dificuldades encontradas pelos assentados nas negociações com o PNAE é que eles primeiro entregam os produtos e só recebem depois. Diferente do PAA que se constitui em compra antecipada, uma vez que logo após aprovação do projeto os assentados recebem o valor total do contrato, devendo cumpri-lo ao longo da obtenção das colheitas no ano agrícola.

Além do açúcar mascavo, a cultura da cana proporciona a produção da cachaça, cujos mercados são majoritariamente externos, como França e Alemanha. Esta comercialização é realizada por intermédio de uma empresa exportadora que faz a compra e revende os produtos na Europa. A área destinada ao plantio de cana-de-açúcar é de 80 hectares, porém muitas vezes a produção própria não é suficiente para abastecer a agroindústria, sendo necessário adquiri-la na região. Tal fato ocorre porque o assentamento dispõe de pouca terra, de modo que a área destinada ao plantio não pode ser aumentada sem comprometer a policultura segundo a estratégia de abastecimento para o autoconsumo requer. Mesmo assim, neste ano decidiu-se pela expansão da área em meio hectare, o que obviamente não será suficiente para prover a agroindústria em sua totalidade, devendo apenas diminuir a dependência para com os fornecedores externos à cooperativa.

Afora a agroindústria da cana, o setor lácteo é o segundo na escala de produção e rendimento monetário da cooperativa, sendo que tal atividade demanda 60 hectares de pastagem, onde são criadas 200 cabeças de gado. Atualmente há 62 vacas em lactação, cuja produção se destina para diversos fins, como a produção de queijo, leite pasteurizado, iogurte e doce de leite.

Mais uma vez, os mecanismos de comercialização instituídos por meio de políticas públicas são relevantes para a viabilização do assentamento. Após processamento na agroindústria própria, a COPAVI comercializa leite pasteurizado e iogurte por meio do PAA, sendo que tais produtos são destinados às cidades de Paranacity e Cruzeiro do Sul.

Além do leite pasteurizado entregue ao PAA, há uma parte que é vendida nas cidades mais próximas, onde existe uma clientela cativa composta por supermercados, padarias e pequenos comércios e afins. Por fim, há ainda um excedente que é absorvido por meio da entrega à domicílio e também da compra direta na cooperativa.

Trabalhando desta maneira os assentados impedem que parte da renda camponesa seja usurpada pelo capital industrial, o que não os livra do capital comercial, guardadas as devidas proporções em termos da capacidade desses últimos em resguardar elevados níveis de assimetria nas trocas. Em suma, o porte e o poder de pressão dos supermercados, padarias e pequenos comércios em nada se compara com as grandes redes encontradas em cidades maiores, onde o capital comercial é mais eficaz para impor suas regras.

A estratégia de processar a produção própria de leite (pasteurização) é decisiva para a aferição de melhores níveis de renda monetária, pois a atuação do capital industrial sobre o setor lácteo é predatória, como elucidou Paulino (2006). O governo manteve durante 45 anos uma política de controle de preços, pois considerava o produto estratégico para a viabilização da economia urbano-industrial, já que isso garantia certa margem de ganho aos produtores. Em 1991, sob pressão exercida pelos grandes grupos do setor, houve a completa liberalização no setor, o que segundo Paulino (2006, p. 200) foi uma medida que pode ser comparada “ao galinheiro aos cuidados da raposa”. Ainda segundo a autora, isso possibilitou o fortalecimento dos oligopólios, provocando progressivo rebaixamento dos níveis de renda, principalmente dos pequenos produtores.

Sendo assim, ao manter um pequeno laticínio no assentamento, a COPAVI se esquivava de uma modalidade de subordinação inscrita na lógica de monopolização do

território pelo capital (Oliveira, 1995), da qual definitivamente esse assentamento não tem como livrar-se porque não lhe é possível o completo autoabastecimento. Em outras palavras, tanto quanto possível, o capital elevará ao máximo o nível de exploração, sempre buscando se apropriar com avidez da renda camponesa, cabendo aos camponeses desenvolver estratégias de resistência.

Essa que parece uma saída banal no assentamento merece relevo, uma vez que os dados levantados por Paulino (2006) referentes ao norte paranaense mostraram que a condição de simples fornecedores de leite *in natura* não é confortável, mesmo os camponeses sendo numericamente maioria, já que o volume de leite por eles entregue às indústrias é pouco significativo. Porém, mesmo assim eles seguem fornecendo matéria-prima à grande indústria, até porque não seria oportuno para a última um nível de completa dependência para com os produtores capitalistas de leite, sob pena de uma desfavorável disputa em torno dos preços do leite no momento da captação.

Neste estudo a autora elencou vários mecanismos utilizados pelas indústrias para a monopolização do território, dentre os quais destacamos os seguintes: rebaixamento dos preços; *bônus* para os produtores que entregam maior quantidade, ou seja, o valor do litro de leite é progressivamente aumentado quanto maior for a quantidade do produto entregue; a necessidade de modernização das instalações de armazenagem, elevando os custos de produção, sobretudo na compra de resfriadores que para os pequenos produtores oneram sobremaneira a produção.

Na COPAVI a possibilidade de pasteurizar o leite e entrega-lo diretamente ao consumidor final confere autonomia ao trabalho camponês, principalmente se libertando das amarras que o capital industrial utiliza para subordina-lo. Segundo a coordenação do assentamento, os valores do leite vendido pela cooperativa variam segundo a destinação, como podemos ver na tabela 01.

Tabela 1: Destino da produção de leite e valores praticados

Produto (Litro)	Comércio (Mercados, Pararias, etc.)	Entrega em domicílio	Laticínio
Leite	R\$ 1,35	R\$ 1,50	R\$ 0,75

Fonte: Informações da COPAVI, Maio de 2012.

É possível observar uma diferença de 100% no valor do litro de leite entre o laticínio e a entrega em domicílio. Segundo o cooperado Sr. C., existe uma decisão de entregar prioritariamente o leite pasteurizado em domicílio e aos programas governamentais, que na verdade, é mais que uma questão econômica, é uma questão política, pois elimina o atravessador e fortalece a produção camponesa. Atualmente só o excedente da produção é entregue *in natura* para o laticínio, sendo que no mês de abril/2012 foi menos de 15% da produção.

Afora o leite, há ainda a produção de derivados como queijo, iogurte e doce de leite, em que também se recorre à estratégia de entrega em domicílio. Com isso o setor lácteo do assentamento confirma a possibilidade de apropriação de uma parte da renda camponesa, que em outras situações ficaria nas mãos do capital industrial e comercial.

O laticínio da cooperativa é de porte pequeno comparado aos padrões empresariais capitalistas contemporâneos, pois possui apenas uma máquina de empacotamento e pasteuriza atualmente cerca de 10 mil litros de leite por mês, sendo a produção total de leite de 12 mil litros/mês, porém 15% é vendido *in natura*, logo não é processado no laticínio da cooperativa. Assim, a maior parte é vendida como leite pasteurizado e ainda há uma parte que é utilizada na produção de queijos e iogurtes, como demonstram os dados da tabela 02.

A pecuária leiteira é uma garantia de fluxo monetário para a cooperativa, a necessária entrada de dinheiro para o pagamento de despesas correntes do assentamento, sem falar de sua importância para a alimentação das famílias, às quais é fornecido leite sem custos e segundo as suas necessidades.

O leite é um bom exemplo do princípio que norteia as opções de gestão produtiva na COPAVI, cuja lógica é produzir para o comércio, sem desprezar a prioridade do abastecimento interno. Trata-se de um modelo baseado na policultura, que permite minimizar os efeitos causados pelas oscilações de mercado, reduzindo a dependência por meio da produção dos gêneros necessários à manutenção das famílias. Segundo Oliveira (1995), esta recuperação da prática policultora se opõe a lógica da especialização que o capital impõe à agricultura camponesa.

[É uma] alternativa defensiva [...] [que consiste] na recuperação da policultura como princípio oposto à lógica da especialização [...]. A policultura baseada na produção da maioria dos produtos necessários a manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua ao máximo sua

dependência externa. [E] ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de elevado valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros (OLIVEIRA, 1995, p. 56).

Segundo essa orientação, na COPAVI há culturas que atendem prioritariamente as demandas internas de consumo, como a olericultura, para a qual é destinado meio hectare de terra, a mandioca, igualmente cultivada em meio hectare, assim como o queijo, produtos que somente são comercializados se houver excedentes.

Por outro lado, alguns cultivos não têm cunho comercial, sendo destinados exclusivamente para atender a demanda interna. Esse é o caso do feijão, que ocupa uma área reduzida no assentamento, cerca de 100 m², a mesma área ocupada com frutas. A criação de aves e pequenos animais segue a mesma lógica, conforme se pode observar na tabela 02.

Tabela 2: Produção média da COPAVI e respectiva destinação

Produto	Produção média mês	Produção Média Anual	Produto destinado ao comércio
Açúcar Mascavo (kg)	38.500	462.000	Sim
Melado de Cana (kg)	4.500	54.000	Sim
Cachaça (litro)	580	7.000	Sim
Leite (litro)	12.000	144.000	Sim
Queijo (kg)	10	120	Menor Parte
Iogurte (litros)	225	2.700	Sim
Carne Suína (kg)	35	420	Não
Carne Bovina (kg)	200	2.400	Não
Pequenos Animais (kg)	09	100	Não
Mandioca (kg)	42	500	Menor Parte
Feijão (kg)	125	1.500	Não
Frutas em Geral (kg)	25	300	Não
Verduras (kg)	70	840	Menor Parte
Milho Verde (kg)	30	350	Não
Gergelim (kg)	12	150	Não

Fonte: Informações colhidas em trabalho de campo, 2011.

Tanto quanto na cana, a produção da horta é realizada por meio do sistema agroecológico, orientada por uma assentada que recentemente concluiu o curso de tecnologia em agroecologia.

Neste tipo de produção não se utiliza produtos químicos e a adubação é realizada pelo incremento de bagaço de cana e esterco de gado. Para o controle das pragas usam-

se plantas com características atrativas aos insetos, com isso eles não atacam a plantação. É atual o debate sobre agroecologia nos assentamentos ligados ao MST, sendo que na COPAVI não é diferente, embora reconheçamos a pertinência do assunto, não cabe desenvolvê-lo, pois certamente exigiria um trabalho à parte.

No centro comunitário está localizada a cozinha coletiva (setor de cozinha), a panificação (setor de padaria), o escritório administrativo e o minimercado. Na cozinha coletiva são servidas as refeições, café da manhã e almoço, durante a semana. A cooperativa utiliza alimentos produzidos internamente e complementa comprando o restante. Os assentados pagam por essas refeições o preço de custo, pois esse serviço não tem o objetivo de majorar o caixa da cooperativa, ao contrário, é entendido como uma possibilidade de ressaltar a importância da coletivização e reforçar a sociabilidade.

A panificação tem como objetivo principal o consumo interno, mas o excedente também é comercializado. São produzidos pães, bolos, bolachas e outros produtos.

O minimercado se destina à venda de produtos aos assentados, a cooperativa compra mercadorias em quantidades maiores e revende a preços de custo. São normalmente legumes, verduras, frutas, etc., que não são produzidas no assentamento, como batata, cebola e outros. Não há uma diversidade grande de produtos e a disponibilidade depende da possibilidade da cooperativa adquiri-los a preços acessíveis aos cooperados.

Este sistema funciona na COPAVI sem a obrigação de compra dos produtos pelos assentados, pois como destaca Rech (2000) quando isso acontece há uma relação de dependência, ou seja, o assentado fica restrito a este caminho de obtenção de mercadorias.

No minimercado também estão disponíveis aos visitantes produtos da cooperativa, como cachaça, açúcar mascavo, iogurte, bolachas e doces. Há um fluxo grande de pessoas no assentamento, principalmente escolas e universidades, que encontram na COPAVI um exemplo consistente de luta pela terra e pelo trabalho coletivo. Os cooperados também consideram importantes estas visitas, como destaca o assentado Sr. I: “elas contribuem para disseminar o papel da reforma agrária e do cooperativismo, contribuindo para a mudança de visão da sociedade”.

Os assentados tem liberdade para consumirem os produtos da cooperativa, sendo que cada família pode retirar o necessário para seu autoconsumo, não havendo uma divisão em partes iguais, ou seja, uma família pode consumir dez litros de leite por semana enquanto outra apenas dois e as duas têm os mesmos direitos e o consumo

maior não é cobrado. Como nem todos os gêneros alimentícios necessários à sobrevivência das famílias são produzidos no assentamento, a parte que falta é comprada no comércio local e, segundo os assentados, esse complemento significa menos de 50% do consumo mensal das famílias.

A relação que os assentados mantêm com a cooperativa não se restringe às relações de produção, embora seja salutar o papel do cooperativismo para organiza-las. Ao priorizar atender as necessidades humanas, entendidas no rol das indispensáveis para à sobrevivência e que em nada se comparam com as necessidades gestadas no interior do mundo do consumo, evidencia que a reprodução social na COPAVI esta pautada sobre princípios coletivos e comunitários.

Porém, devemos esclarecer que o conceito de coletivismo não comparece aqui como sinônimo de comunitário. Pois, como explica Fabrini e Marcos (2010) eles não o são, embora tenham sido gestados no mesmo contexto histórico-político, no qual seus idealizadores vislumbravam uma revolução anarquista e já pensavam propostas para a organização desta sociedade. Segundo Fabrini e Marcos (2010), Bakunin defendia a proposta coletivista e Kropotkin a proposta comunitária.

A principal diferença entre elas está na forma de apropriação dos resultados do trabalho. Segundo Fabrini e Marcos (2010) na produção coletiva a participação nos resultados é baseada na justiça entre os homens e a distribuição se dá na mesma proporção em que cada um contribuiu para alcançá-los.

[...] organizar uma sociedade que, tornando impossível a quem quer que seja a exploração do trabalho de outrem, permita a cada um participar do resultado das riquezas sociais (na realidade produzidas somente através do trabalho), somente na proporção em que terá contribuído a produzi-las com o próprio trabalho (BAKUNIN, 1992 *apud* FABRINI; MARCOS, 2010, p. 31).

Já na proposta de produção comunitária todos terão acesso aos resultados do trabalho sem restrições, segundo suas necessidades, tal como ocorre na COPAVI, visto que cada associado tem a possibilidade de obter os produtos da cooperativa na medida em que necessitem para atender às suas demandas familiares.

[...] todos deveriam ter o mesmo direito de acesso às riquezas. [...] tudo deveria pertencer a todos e, uma vez que cada um teria contribuído com o próprio trabalho a produzir as riquezas, cada um teria o direito [...] de delas retirar o quanto fosse necessário para garantir a satisfação das suas necessidades com bem-estar (FABRINI; MARCOS, 2010, p. 33).

Embora, as duas correntes apresentem distinção, na COPAVI elas estão conectadas. Ora a participação nos resultados se dá segundo suas necessidades, sem restrições, como é o caso do consumo do leite e hortaliças, em que prevalecem os princípios da produção comunitária. Entretanto, no que se refere à soma monetária destinada aos associados, prevalecem os princípios do trabalho coletivo, já que cada um terá sua remuneração medida pela quantidade de horas trabalhadas. Em outras palavras, cada um receberá conforme sua participação para a produção da riqueza.

O valor da hora de trabalho é calculado considerando a penosidade das atividades, ou seja, tempo de exposição ao sol, uso de força física, etc., embora não haja uma diferença significativa entre respectivos valores. A intenção é que todos tenham uma receita monetária muito próxima. Cada associado receberá a partir do controle destas horas.

Atualmente todos os assentados estão ocupados na cooperativa, havendo inclusive uma demanda adicional por mão de obra, razão pela qual há 10 funcionários contratados, sendo ainda necessário um incremento de cerca de 20 temporários nos períodos de maior trabalho, o qual corresponde a cerca de três ou quatro semanas ao ano.

Devemos observar cuidadosamente esta questão, pois aqui pode haver uma contradição entre princípios e práticas no interior da COPAVI. Ao empregar trabalhadores, temporários ou contratados fixos, haveria um distanciamento do horizonte que a legitima e dos próprios princípios que regem a lógica camponesa? Evidentemente, não se trata de uma resposta simples, pois há um limiar de difícil aferição: caso as estratégias de contratação da cooperativa sejam orientadas segundo critérios capitalistas, cuja força motriz e estímulo à produção sejam provenientes da potencialidade de auferir mais-valia, entendida como excedente do trabalho necessário a reprodução social dos trabalhadores, sem dúvida haveria na prática a renúncia aos princípios que a fundam, pois como explica MARTINS (2008, p. 66):

O que o operário precisa para sobreviver vem do trabalho necessário a essa sobrevivência. Ele, porém, é capaz de trabalhar mais tempo do que o necessário à obtenção de seus meios de vida. Ele é capaz de criar mais riqueza, mais valor do que aquele sem o qual não sobreviveria. Esse valor a mais, essa mais-valia, é o que excede a suas necessidades. Assim, além do trabalho necessário à continuidade de sua vida, ele produz também trabalho excedente. O trabalho excedente é aquele que o capitalista se apropria.

Porém, não é o que vemos no caso em questão por dois motivos: primeiro porque estes trabalhadores representam pouco em termos de proporcionalidade, ou seja, a esmagadora maioria são cooperados. Os contratados atuam como complemento devido à demanda de trabalho e a insuficiência de força de trabalho no assentamento. Em segundo lugar destacamos a modalidade de acumulação camponesa, que segundo Chayanov (1974) tem o objetivo de aumentar a produtividade, reduzir o esforço e garantir um melhor bem-estar para a família, e não com o fim de acumulação de capital a partir da exploração da mão de obra dos trabalhadores.

Neste sentido, segundo observado em trabalho de campo e confirmado nos relatos, os trabalhadores fixos contratados não seriam mais necessários se houvesse o número adequado de famílias assentadas (26 famílias), nessa situação somente os trabalhadores temporários seriam suficientes. A quantidade de terra não comporta a ampliação de famílias para além desse número, pois não haveria geração de renda em termos proporcionais às necessidades daí decorrentes, porque ficariam ociosos na maior parte do ano. Chayanov (1974) contribui neste sentido ao dizer que não é possível, na unidade camponesa, dispensar ou contratar mão de obra segundo as demandas dos cultivos, pois a mão de obra é familiar, então constante.

Segundo Martins (2008) no mundo camponês este trabalho excepcional era tradicionalmente realizado por vizinhos, em mutirão, uma modalidade de ajuda mútua. “Embora, o mutirão ainda seja praticado, a demanda excepcional de força de trabalho em circunstâncias como essa tende a ser coberta com trabalho assalariado temporário” (MARTINS, 2008, p. 63).

O que devemos indagar é se tal relação altera significativamente o caráter camponês do trabalho. Segundo Paulino (2006) o que é relevante na unidade camponesa é a forma de organização interna, de modo que uma unidade produtiva, e assim podemos considerar a COPAVI, só poderá ser considerada capitalista quando incorporar essa lógica que, como visto se expressa na exploração do trabalho alheio e no privilegiamento da acumulação de capital.

Outro equívoco é considerá-los a partir dos parâmetros produtivos capitalistas (*mesmo que venham a contratar mão de obra, essa assume sempre um caráter complementar, portanto, não visam a auferir lucros a partir da exploração do trabalho alheio*) Resta, portanto, admitir que atuam a partir de uma lógica distinta à capitalista, pela sua própria condição social (PAULINO, 2006, p. 52, grifo nosso).

A utilização de mão de obra contratada aparece na COPAVI fundamentalmente como complemento, o objetivo é executar uma determinada tarefa que os associados dificilmente teriam condições de realizar sem força de trabalho complementar. Trata-se, portanto, de outra centralidade, distante da extração da mais-valia e da acumulação de capital.

Isso tanto é verdadeiro que a divisão interna do trabalho se dá pela aptidão de cada associado, não se busca o rodízio das tarefas, isso só acontece quando ocorre algum problema específico. Esta metodologia leva ao aperfeiçoamento que viabiliza o aumento em quantidade e qualidade da produção.

Embora a especialização reproduza um modelo consagrado pela produção capitalista, na COPAVI ela assume caráter diferente, uma vez que não busca extrair dos cooperados produtividade suplementar a ser convertida em mais-valia, senão em rendimentos a atuar positivamente no conjunto das receitas a serem revertidas a todos os cooperados.

Um aspecto também importante a ser ressaltado é a existência de coordenadores de setores, que embora sejam responsáveis por monitorar o desenvolvimento das atividades, controlar as horas trabalhadas e prezar pelo bom andamento do trabalho, não desempenham função meramente administrativa e/ou fiscalizatória, pelo contrário, sua principal atribuição é trabalhar juntamente com os demais no desenvolvimento da atividade.

A relação entre o coordenador e os assentados é horizontalizada, não se enquadrando no padrão capitalista de hierarquização, como indicado na fala de um dos assentados.

Sempre que podemos, discutimos como estão os setores, não tem ocorrido problemas, as trocas acontecem, até de coordenador. [Porque há trocas?] Normalmente para descansar um pouco o que estava na coordenação e também para que outros experimentem o trabalho [na coordenação]. [Como vocês fazem as trocas?] Primeiro se discute dentro do setor, depois vai para os núcleos e depois finalizamos na assembleia. [Os cooperados reconhecem o coordenador como chefe?] Não, chefe não. [Por quê?] chefe manda e os outros obedecem, aqui todos já sabem o que tem pra fazer (Sr. A.).

A organização utilizada nos setores produtivos advém das experiências mediadas por uma visão de mundo que não é própria do campesinato, mas que foi adquirida pela vivência dos assentados, tanto no mundo intelectual, uma vez que muitos possuem nível superior de instrução, quanto da experiência de alguns como proletários, na construção

civil e no comércio. Entre os sete assentados formados se destacam os cursos de Tecnologia em Agroecologia, Pedagogia, Agronomia, Ciências Contábeis e Administração.

Estas experiências, ao serem inseridas na dinâmica da cooperativa, ao mesmo tempo em que se confrontam com a tradição camponesa, pautada na tradição conservadora em oposição ao capital e à expansão das relações capitalistas, como destacou Martins (2008), também reproduzem contraditoriamente a tradição proletária, que é levada pelo capital à especialização do trabalho, ao trabalho fragmentado, ao não reconhecimento do trabalho no produto, como evidenciado por Antonello (2011). Porém, quando incorporadas pelos cooperados da COPAVI possibilitou organizar os setores produtivos sem reproduzir os níveis de exploração vivida pelo proletariado, tornou-se um instrumento com a mesma forma, porém, com outro conteúdo.

Segundo Martins (2008) a relação de trabalho no capitalismo acontece entre iguais: do ponto de vista jurídico, de um lado está o trabalhador desprovido dos meios de produção, do outro está o capitalista que possui estes meios, mas que necessita do trabalho do operário para fazê-lo funcionar. Para o capitalista o resultado desta relação é o lucro, enquanto para o operário é o salário.

Na COPAVI a categoria salário não existe, assim como não existe a figura do patrão, isso acontece porque não há venda de força de trabalho, ou seja, não é a cooperativa detentora dos meios de produção comprando a força de trabalho dos cooperados. A relação é inversa, são os cooperados se utilizando da cooperativa para inserir seus produtos no mercado em condições mais adequadas, sobretudo eliminando a figura do intermediário, que como destacou Rech (2000) isto é um dos papéis centrais do cooperativismo.

O retorno monetário que os cooperados têm é proveniente da venda dos produtos da cooperativa ou em outros termos, o dinheiro que o assentado obtém é resultado da venda do fruto do seu trabalho e não da venda de sua força de trabalho. Então os camponeses assentados se inserem no mercado pelo seu produto, diferente do operário que se insere pelo trabalho.

A categoria salário foi substituída pelo adiantamento que é calculado a partir do controle das horas trabalhadas nos setores. O adiantamento é mensal, representa todo o valor monetário que o assentado recebe no final do mês, em parcela única. É diferente daquele valor adiantado aos trabalhadores assalariados da iniciativa privada que

recebem um adiantamento mensal, entendido como vale, que corresponde a 40% do salário pago na metade no mês e o restante no final.

A questão central na organização do trabalho na COPAVI é justamente a compreensão de que não há apenas um padrão predominante de relação social, mas uma reprodução contraditória da tradição proletária sem desconfigurar a lógica camponesa de produção, em última instância podemos dizer que elas se confundem.

Neste sentido, até mesmo o rendimento financeiro da família cooperada deve ser observado com maior cuidado, segundo a coordenação do assentamento o adiantamento mensal de cada associado é de aproximadamente R\$500,00. Porém, o cálculo a ser feito tem que considerar que além deste valor acrescenta-se moradia de boa qualidade, pois as casas são quase todas de alvenaria, água encanada sem custos (poço), energia elétrica, o consumo de alimentos produzidos na cooperativa, as duas refeições diárias servidas na cozinha coletiva a preços de custo e a segurança que o assentamento proporciona, sendo assim, os assentados possuem um padrão de vida razoável.

Eles conseguiram sair da condição de miserabilidade que se encontravam no início do assentamento, manifestada na ausência de produtos indispensáveis à sobrevivência humana, como alimentação, sendo necessária ajuda do MST para que sobrevivessem, situação superada atualmente e que pode ser mensurada por meio da quantificação dos bens e serviços a que têm acesso (tabela 03).

Tabela 3 - Perfil dos assentados entrevistados por situação do domicílio e existência de serviços e bens duráveis

Existência de serviços e bem duráveis	COPAVI - Domicílios (%)	COPAVI - Domicílios (unidades)
Coleta de lixo	100%	13
Iluminação elétrica	100%	13
Linha telefônica instalada	-	0
Celular	100%	13
Forno de micro-ondas	18%	03
Geladeira ou freezer	100%	13
Máquina de lavar roupa	100%	13
Aparelho de ar condicionado	-	0
Rádio	72%	11
Televisão	100%	13
Videocassete / DVD	72%	11
Microcomputador	-	0
Automóvel particular	27%	04

Fonte: Pesquisa de campo. Org. ZENERATTI (2012).

O percentual alto de famílias com acesso a bens e serviços mostra a condição econômica da cooperativa, pois desde o início do assentamento a prioridade foi fortalecer a produção e posteriormente investir nas famílias. A partir da obtenção de recursos monetários há maior possibilidade de investimento em equipamentos que tragam melhores condições de vida.

Devemos contextualizar que o campesinato do século XXI faz parte de um novo momento histórico, ou seja, ele está inserido em uma ordem econômica, social e tecnológica diferente dos camponeses dos séculos anteriores, na medida em que os bens almeçados são inerentes ao seu período histórico. Partindo deste ponto, as melhorias nas condições de vida a que Chayanov (1974) se referia, passa agora por bens que proporcionam conforto, lazer e acesso a informação. O carro, por exemplo, que possibilita visitar um parente distante ou se deslocar até a cidade para participar de festas regionais; o forno de micro-ondas que traz rapidez e comodidade no preparo dos alimentos; e o celular, encontrado em todas as famílias entrevistadas, que mantém as pessoas acessíveis, inclusive em algumas casas há mais de um aparelho.

Arauto do seu tempo Chayanov (1974) diferenciou a modalidade de acumulação capitalista da camponesa, em linhas gerais, na primeira o fundamento é a extração da mais-valia, situação totalmente diversa da segunda, que possui a família como centro da unidade de produção. Esta análise ainda prevalece intacta, sobretudo, imbuída da ideia de que a acumulação camponesa retorna à família na forma de melhorias nas condições de vida, porém, os elementos ou objetos, que proporcionam estas melhorias se modificaram drasticamente com as constantes inovações tecnológicas. Isso certamente se materializa na compra de bens como geladeira, freezer, máquina de lavar roupas, televisão, bens que proporcionam conforto às famílias assentadas na cooperativa.

Não é exagero reafirmarmos, como destaca Almeida (2006, p. 285) “que um certo aumento da riqueza entre os camponeses não deve ser confundido com acumulação capitalista”, e o trabalho de campo revelou isso, a renda excedente gerada pelos assentados converte-se em prol deles mesmos, sendo que provém do trabalho camponês, organizado e sistematizado por meio do modelo cooperativista, que em última instância serve como estratégia para os camponeses alcançarem as melhorias das condições de existência da unidade familiar.

Obviamente, a localização é um fator que, no caso da COPAVI, é uma grande aliada. A proximidade da área urbana (600 metros) contribui sobremaneira com o assentamento, a coleta de lixo, por exemplo, seria dificultada se ele estivesse localizado distante da cidade. A falta de automóvel também não é uma restrição, pois é possível ir caminhando até o centro urbano, com isso ressalta-se a condição diferencial desse assentamento para a consolidação do projeto.

Segundo Tsukamoto (2009) a localização do assentamento é um dos fatores que leva a diversificação das atividades produtivas pelo território da agricultura familiar. Na COPAVI a localização confere uma dinâmica produtiva e social particular, a produção e as relações comerciais são estabelecidas considerando esta característica, que em grande parte viabiliza negociações como a entrega de produtos em domicílio ou a retirada diretamente na cooperativa.

Entretanto, amenidades disponíveis majoritariamente nos centros urbanos, como telefone fixo e microcomputador ainda não se constitui em bem individual, mas o fato de não tê-los em casa não inviabiliza o acesso, pois há disponibilidade na administração para uso coletivo. O acesso à internet está sendo ampliado, pois está em fase final de implantação um telecentro no Centro Comunitário, o qual contará com quatro computadores com internet destinados ao uso coletivo.

Casas majoritariamente em boas condições de habitabilidade, afinal apenas três apresentam problemas estruturais, todas integralmente pagas, acesso aos serviços e bens duráveis, boas instalações dos setores produtivos, que dispõem de diversos equipamentos, como tratores (03), motocicleta (01), Kombi (01), tratores adaptados para trabalho na cana, conhecidos como motocana (02), caminhões (02) e micro-ônibus (01), comprovam que a COPAVI está sendo gerida com responsabilidade econômica e social, sendo os resultados convertidos em melhoria da produção econômica e, por extensão, das condições de vida dos cooperados, já que são ao mesmo tempo proprietários e usuários dos meios de produção.

Schneider (1971) já havia afirmado que o cooperativismo está amparado justamente na relação de ajuda mútua e no controle democrático da organização pelos seus membros. Embora o autor aponte a tendência de o cooperativismo se confundir com a racionalidade da empresa capitalista, transformando os associados em meros clientes dos seus serviços, isso não ocorre na COPAVI, sobretudo pela forma de divisão

interna do trabalho e na partilha dos resultados, pois todos são remunerados conforme sua participação e dedicação ao processo de produção, comercialização e manutenção da cooperativa.

Contribui para isso a transparência na prestação de contas e na distribuição dos rendimentos, uma vez que todas as movimentações de caixa são disponibilizadas em edital na cozinha coletiva e também discutidas em assembleia, inclusive o valor monetário obtido por cada sócio.

É oportuno esclarecer que por meio do cooperativismo a COPAVI atingiu importantes resultados econômicos e sociais, tanto pela forma coletivizada de produção quanto pela capacidade de gestão dos sócios, que estão conseguindo manter o foco no coletivo.

Ao permitir que os assentados vendam direto para o consumidor final, essa forma de cooperação evita que parte da renda camponesa seja transferida para o capital comercial. Por outro lado, ao não vender a produção sob a forma de matéria-prima para a indústria, uma vez que o processamento é realizado internamente, os camponeses também ficam livres da sujeição que o capital industrial impõe, o que supõe dupla vantagem sobre as tradicionais relações de mercado comuns entre os camponeses.

Considerações finais

Como podemos observar a COPAVI é uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) que está conseguindo atingir objetivos importantes na tentativa de promover a territorialização camponesa. Os assentados encontraram no cooperativismo uma estratégia de resistência, uma vez que por meio dele superaram as dificuldades encontradas para formação de um assentamento rural.

Atualmente estão conseguindo minimizar as interferências do capital no território camponês, especialmente porque o cooperativismo está possibilitando que os produtos sejam comercializados diretamente com os consumidores finais. Produtos como leite pasteurizado, queijo, iogurte, açúcar mascavo e a cachaça, são produzidos na agroindústria do assentamento e vendidos nas cidades vizinhas, além dos contratos firmados com os programas governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que desempenham importante papel na comercialização da produção.

Ao eliminar a figura do intermediário, seja ele o capital comercial que adquire produtos camponeses para revendê-los nas redes de supermercados ou afins, ou o capital industrial que o compra como matéria-prima para a indústria, os assentados escapam dos preços rebaixados que o capital impõe para se apropriar da renda da terra camponesa, possibilitando assim maiores ganhos monetários.

Certamente devemos ressaltar que o papel do cooperativismo na COPAVI é justamente este: viabilizar meios para garantir uma melhor qualidade de vida para os cooperados, atuando com a família no centro de suas ações, nos termos expressos por Chayanov (1974), o que não permite analogia a um empreendimento capitalista, que têm no centro a acumulação de capital.

Porém, é inegável que o modelo reproduza algumas características empresariais de organização, tanto que internamente a COPAVI é dividida em setores, sendo cada um responsável por desenvolver uma determinada atividade, o que torna o processo segmentado. Busca-se também não realizar rodízio entre as o desenvolvimento das tarefas, pois segundo o coordenador geral da cooperativa, a intenção é que os assentados se especializem naquela atividade, contribuindo para o aumento da produtividade.

Por outro lado, ao considerar que esta lógica produtiva não busca acumulação de capital e sim a manutenção das famílias assentadas, pois sem a necessária entrada de recursos financeiros o projeto não se viabilizaria, foi possível identificar que ela assume conteúdo diferente da empresarial, embora reproduza a mesma forma.

Outra questão marcante é a existência de 10 trabalhadores permanentes, mais 20 temporários que são contratados apenas durante três ou quatro semanas no ano. Sabemos que esta relação poderia indicar um distanciamento dos princípios do trabalho coletivo e do horizonte de classe camponesa, o que não se confirmou, sobretudo porque os trabalhadores contratados mensais representam mão de obra complementar. Segundo Paulino (2006, p. 52) mesmo que os camponeses “venham a contratar mão de obra, essa assume sempre um caráter complementar, portanto, não visam a auferir lucros a partir da exploração do trabalho alheio”. Na COPAVI não é diferente, tanto que se houvesse a quantidade adequada de famílias assentadas, estes trabalhadores de contrato permanente não seriam mais necessários. Obviamente contradições existem, sendo próprias de uma fração do território que ocupa uma posição limite, entre a racionalidade empresarial e a lógica camponesa de produção, porém são elas que estão possibilitando a recriação camponesa na COPAVI.

Referências

- ALMEIDA, R. A. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**. São Paulo, Unesp, 2006.
- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- ANTONELLO, I. T. Transformação socioespacial rural mediante a racionalidade capitalista no processo produtivo agrícola. **Campo – Território**. v. 6, p. 53-74, 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de aquisição de alimentos – PAA: manual de orientação ao proponente**. 2004. Disponível em: <http://www.paa.sc.gov.br/manual_2004.pdf> Acessado em: 16 Nov. 2011.
- CAMACHO, R. S. Conhecendo os camponeses-estudantes e os seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola. **NERA**. ano 14, n. 18, Presidente Prudente, p. 47-78, 2011.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA - COPAVI. **Estatuto da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória**. Paranacity-PR, 2009.
- FABRINI, J. E; MARCOS, V. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. Expressão Popular: São Paulo, 2010.
- FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**. São Paulo, n 15, p. 59-85, 2000.
- _____. **MST, formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- OLIVEIRA, A. U. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia**. n. 25, p. 15-58, 1995.
- PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.
- RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SCHNEIDER, J. E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente. In: LOUREIRO, M.R. (Org.) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 11-40.

STOLARSKI, M. C; CASTRO, D. Caminhos da alimentação escolar no Brasil: análise de uma política pública no período de 2003-2004. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.113, p.31-58, jul./dez. 2007.

TSUKAMOTO, R. Y. Assentamentos rurais e a sericicultura como alternativa de renda: uma reflexão. In: **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2009, São Paulo. p. 01-16.

ZENERATTI, F. L. **O assentamento rural coletivo COPAVI: contradições e avanços no processo de territorialização camponesa**. 2012. 158f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

Recebido em 30/09/2012 Aceito para publicação em 28/02/2013.
